

O acordo sem surpresas

O Brasil vai receber um pacote de financiamentos de US\$ 41 bilhões praticamente sem surpresas. Nem sobre o total do financiamento, nem sobre a composição das partes que contribuirão e nem sobre as condições que o Brasil deve cumprir. Talvez seja esse o aspecto mais notável do acordo, agora oficialmente fechado, com o Fundo Monetário Internacional e um grupo de países do Primeiro Mundo. As linhas principais do ajuste fiscal foram anunciadas em setembro, antes da eleição, como lembrou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Os pormenores do programa foram fixados em outubro e a proposta de orçamento foi refeita logo em seguida. Em linhas gerais, essas são as principais condições do acordo com o FMI. No meio da mais grave crise internacional de muitas décadas, com a moeda sujeita a dura pressão especulativa, a equipe econômica trabalhou com grande sangue-frio e com suficiente transparência para ninguém falar em choque. Num país marcado pela tradição dos pacotes de emergência e das decisões secretas, esta experiência pode ser considerada um marco.

A Diretoria Executiva do FMI deverá aprovar o programa dentro de duas semanas. De imediato ficarão disponíveis US\$ 9 bilhões. Em 12 meses, o País poderá utilizar um total de até US\$ 37 bilhões, se houver

necessidade. Isso dependerá em boa parte, como indicou o ministro Malan, da evolução da crise internacional. Mas a tarefa principal deverá realizar-se dentro do Brasil: "Nosso futuro está em nossas mãos", reafirmou o ministro. Cabe aos brasileiros, e a mais ninguém, tornar a economia menos vulnerável aos choques de fora. A frase pode até soar como banalidade, mas, no Brasil, tem o valor de uma grande bandeira política: o País tolerou por mais tempo do que o bom senso aconselhava uma porção de mazelas financeiras e econômicas. O custo foi sempre pago pelos mais frágeis economicamente, que antes estiveram indefesos diante da inflação e agora enfrentam o desemprego. Hoje, mais do que um ajuste de emergência, o governo prevê a complementação, nos próximos anos, de um grande programa de reformas. Parte desse programa foi cumprido nos últimos anos, com a abertura dos mercados, a quebra de monopólios e a privatização de companhias e de serviços. Falta pôr em prática as mudanças da Previdência e da Administração, reconstruir o sistema tributário e redefinir funções em todos os níveis de governo. Essa redefinição é mencionada no memo-



rando ao FMI, juntamente com a criação de regras mais severas para a administração das finanças públicas. Além disso, o Executivo se dispõe, como indicado no memorando, a enviar ao Congresso, no primeiro trimestre, projetos complementares para a política previdenciária. Um dos objetivos será garantir o equilíbrio atuarial, com a criação de contas individuais para os beneficiários.

Todos esses pontos compõem uma tarefa política extremamente complexa, indispensável com ou sem crise internacional, com ou sem acordo com instituições multilaterais e governos estrangeiros. Essa é, de fato, uma parte substancial da política brasileira. Quando se entende esse ponto, a turbulência mundial, apesar de seu significado histórico, se converte em cenário. É uma poderosa motivação, sem dúvida, para a rápida concretização das mudanças, mas os problemas centrais estão dentro do Brasil e são parte de sua tradição política. A consciência deste fato confere à frase do ministro da Fazenda, aparentemente banal, a dimensão de um desafio.

O governo se compromete, no documento enviado ao FMI, a manter a política de câmbio, descrita pelo

ministro da Fazenda, na entrevista de ontem à tarde, como bastante flexível para atender às necessidades brasileiras. Confirma, além disso, a intenção de ampliar progressivamente a banda cambial, ponto anunciado há meses pelas autoridades monetárias. A redução de juros deverá ocorrer na medida do avanço do ajuste fiscal e da restauração da confiança na economia brasileira. Também nesses pontos, nenhuma surpresa. O governo se reserva, obviamente, liberdade

para avaliar a conveniência de reduzir os juros mais velozmente, segundo seus critérios de segurança.

Ao anunciar a conclusão das negociações, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, mencionou a aprovação da reforma da Previdência como fator de otimismo. Esse otimismo inclui uma aposta na capacidade dos congressistas de cumprir seu papel de forma completa. O ministro Malan manifestou confiança nessa disposição. Foi uma boa lembrança: numa democracia, a responsabilidade pela agenda nacional é de mais de um poder.

**Os US\$ 41 bilhões
são uma ajuda
importante, mas a
solução só virá
com reformas de
longo alcance**